

5

A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO NA CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS MULHERES DA PAZ E PROTEJO NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA¹

Frederico Couto Marinho²
Rafael Lacerda Silveira Rocha³
Cintia Barros⁴
Andrea Maria Silveira⁵

RESUMO

O presente trabalho propõe demonstrar as contribuições da adoção de indicadores de desempenho e impacto para os projetos Mulheres da Paz e Protejo. O uso de indicadores permite padronizar e comparar as ações, resultados e impactos, beneficiando a rotina dos gestores e profissionais dos projetos, as articulações externas com a rede e seus usuários. A amplitude e complexidade dos objetivos e do público-alvo do Mulheres da Paz e do Protejo, aliadas a expansão dos projetos feita pelo Ministério da Justiça, em parceria com os governos municipais, geram: dispersão e baixa focalização das ações, dos resultados e dos impactos na prevenção e redução da vitimização e vulnerabilidade das mulheres e jovens, nos territórios onde atuam. Quando gestores e profissionais dos projetos de prevenção e redução da violência contra a mulher e jovens dispõem de indicadores de desempenho e impacto, a eficiência no atendimento às vítimas e na prevenção das violações de direitos aumenta significativamente. Conquistas nas políticas sociais, educacionais e na saúde resultaram de constantes ajustes por meio do emprego dos indicadores de desempenho e impacto.

Palavras-chave: Prevenção da Violência. Indicadores de desempenho e impacto. Avaliação. Mulheres. Juventude.

¹ Pesquisa realizada pelo CRISP/IPEAD no âmbito do programa “Projeto BRA/04/029: Pensando a Segurança”, implementado e financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A pesquisa foi realizada entre 20 de maio e 28 de novembro de 2014. Os pesquisadores envolvidos foram: Frederico Couto Marinho, Rafael Lacerda Silveira Rocha, Cintia Lopes de Barros dos Santos, Simone Maria Santos, Juliana Ribeiro Diniz, Michele Tainá Macena de Carvalho, Paula Nuryele de Andrade, Taléia Alana Tartari de Souza, Eros Caio, Débora Rodrigues, Sara Prado, Lucas Caetano, Rafael Paiva Rodrigues, sob a coordenação da professora Andrea Maria Silveira.

² Doutor em sociologia, pesquisador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Mestre em Sociologia, Doutorando em Sociologia e pesquisador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴ Mestre em sociologia, pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁵ Professora da Faculdade de Medicina e subcoordenadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the contributions of the use of performance indicators and impact on Mulheres da Paz e Protejo projects. The use of indicators allows standardize and compare the actions, outcomes and impacts benefiting the routine of managers and professional projects, external links with the network and its users. The breadth and complexity of objectives and target audience of Mulheres da Paz and Protejo along with the expansion of projects made by the Ministry of Justice in partnership with municipal governments generates dispersion and a low focusing of actions, outcomes and impacts in preventing and reducing victimization and vulnerability of women and youth in the areas where they operate. When managers and professionals of prevention projects and reduce violence against women and young have performance indicators and impact and efficiency in caring for victims and prevention of violations increases significantly. Achievements in social, educational and health policies resulted from constant adjustments through the use of performance indicators

Keywords: Prevention of Violence. Performance indicators and impact. Evaluation. Women. Youth.

1 INTRODUÇÃO

A expansão conjunta dos projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Proteção feita pelo Ministério da Justiça em parceria com os governos municipais e estaduais⁶ traz desafios para a gestão pública, notadamente no que diz respeito à focalização da clientela atendida e a verificação dos impactos destes projetos na prevenção e na redução da vitimização e vulnerabilidade das mulheres e jovens nos territórios onde foram implementados.

Compõem este cenário de desafios a heterogeneidade (mulheres vulneráveis ou vítimas de violência física; violência sexual; violência patrimonial; violência moral; violência psicológica e jovens vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana, lideranças comunitárias), as demandas distintas do público-alvo do projeto Mulheres da Paz (complementação de renda, suporte social, conhecimento, autonomia, inserção no mercado de trabalho etc.) e a amplitude e complexidade das ações definidas no marco legal do projeto como atribuições a serem executadas pelas Mulheres da Paz após o processo de capacitação inicial: *(1) Mapear as famílias do seu território, buscando identificar situações de conflito e vulnerabilidade social; (2) Realizar palestras, oficinas ou troca de experiências que promovam práticas de direitos humanos, de proteção da vida e estimulem a cultura da paz; (3) Propor medidas de resolução não-violenta de conflitos, buscando auxiliar na solução de problemas de forma pacífica e justa, além de divulgar projetos e práticas voltadas para evitar a judicialização de demandas, como o Projeto Justiça*

⁶ No período entre 2008 e 2010 os projetos foram executados em treze (13) estados e oitenta (80) cidades: Cruzeiro do Sul, Rio Branco e Brasília (AC); Maceió, Arapiraca (AL); Camaçari, Lauro de Freitas, Salvador, Simões Filho, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Teixeira de Freitas (BA); Fortaleza, Sobral (CE); Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória (ES); São Luiz, Imperatriz (MA); Santa Luzia, Governador Valadares (MG); Belém, Marabá (PA); Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Recife, Garanhuns, Petrolina, Vitória de Santo Antão (PE); Araucária, Curitiba, Apucarana, Arapongas, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiaporã, Jataizinho, Londrina, Rolândia, São José dos Pinhais, Toledo (PR); Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Macaé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, São Gonçalo, São Joao do Meriti, Rio de Janeiro (Complexo da Maré - Viva Comunidade, Morro da Providência, São Gonçalo - Viva Comunidade, Acari, Vila Kenedy, Cidade de Deus, Complexo da Penha, Reta João XXIII, Senador Camará, Santa Marta), Cabo Frio, Campos dos Goytacazes (RJ); Campinas, Diadema, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra (SP); Araponga, Itapuã, Estrutural (DF); Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Alvorada, Guaíba (RS); Linhares, São Mateus (ES). No período entre 2012 e 2014 os projetos foram executados em nove (9) estados e dezesseis (16) cidades: Maceió, (AL); Lauro de Freitas (BA); Cariacica (ES); Linhares (ES); Vitória (ES); Betim, (MG); Uberaba (MG); São José dos Pinhais, (PR); Canoas, (RS); Novo Hamburgo, (RS); São Leopoldo, (RS); Sergipe, (SE); Diadema (SP); Jandira, (SP); São Bernardo do Campo, (SP) e Palmas (TO).

Comunitária; (4) Mapear as redes locais de atendimento psicológico e social; (5) Fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas mulheres na sua comunidade, auxiliando na consolidação da sua autonomia numa perspectiva metodológica transformadora e permanente, contribuindo para que elas se organizem em defesa de seus direitos; (6) Orientar a comunidade sobre seus direitos básicos de cidadania; (7) Orientar mulheres vítimas de violência sobre a proteção da Lei Maria da Penha, que criou instrumentos para prevenir, coibir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre a rede local de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar; (8) Identificar as principais demandas individuais e coletivas junto a mulheres da comunidade e aos jovens em situação de risco social e em conflito com a lei, encaminhando, em conjunto com a equipe multidisciplinar, mulheres e jovens vítimas da violência doméstica e urbana, à Rede Protetiva Local e aos projetos sociais do governo federal, em especial, no caso dos jovens, o Protejo; (9) Divulgar ações voltadas para a formação de uma cultura de paz, e que orientem a comunidade na prevenção e redução da violência, criando condições para o resgate dos jovens vulneráveis ao agenciamento pelo crime ou que já estão envolvidos em práticas criminosas; (10) Fortalecer uma rede de serviços de apoio jurídico, psicológico e social capacitada para o atendimento dos jovens em situação de risco social e em conflito com a lei, visando a ampliação ao acesso e à informação e aos recursos de apoio para os familiares dos jovens em situação de risco social e em conflito com a lei.

No que diz respeito ao Protejo, a situação não é muito diferente. O público-alvo do projeto é igualmente complexo (jovens vítimas de crime ou com familiar nesta condição, em situação de morador de rua, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas, egressos do sistema prisional ou das medidas socioeducativas) assim como são ambiciosas as expectativas quanto ao desempenho do projeto, a saber: *(1) Participação dos jovens e suas famílias em atividades culturais e esportivas locais e no enfrentamento dos problemas cotidianos de sua comunidade; (2) Compreensão pelos jovens dos conceitos de participação comunitária, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; (3) Reinserção qualitativa do jovem na comunidade, com espírito crítico, autônomo e com protagonismo; (4) Prevenir a violência e a vitimização juvenis, bem como prevenir a reincidência no caso de jovens do programa que já estiveram ou estão em conflito com a lei, por meio de sua reinclusão no percurso social-formativo; (5) Inclusão dos jovens em atividade de emprego ou de geração de renda; (6) Criação de um espaço permanente de reflexão e encontro acerca das questões de segurança no território – governança cooperativa -Fortalecimento das redes de solidariedade e convivência no território; (7) Sustentação do Cidade de Paz como programa municipal, intersetorial e integrado de prevenção da violência (envolvimento institucional); (8) Aumento da percepção de segurança no território; não são menos desafiadoras.*

A pesquisa realizada pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública- CRISP (2014) com os gestores, profissionais das equipes multidisciplinares e com as mulheres e jovens atendidos nos projetos Mulheres da Paz e Protejo nos municípios de Canoas (RS), São Leopoldo (RS), São Bernardo do Campo (SP) e Uberaba (MG) evidenciou a dispersão, baixa focalização, a falta de padronização nas ações implementadas nos projetos e a seletividade do público atendido. Nas iniciativas pesquisadas nos quatro municípios não há uma representatividade da heterogeneidade e da complexidade do público-alvo definido no marco legal das duas propostas.

Os estudos e pesquisas nacionais sobre os projetos Mulheres da Paz e Protejo (MACHADO e SILVA, 2014; ROCHA e TAVARES, 2014; GONÇALVES, 2014; SANTOS, 2013; MANTOVANI e SILVA, 2013; EDIVÂNIA, RODRIGUES, OTA, BASSANI, ALT, SOBOTTKA, 2011; SORJ e GOMES, 2011; BEZERRA, 2010; ESTIVALET, 2010; RIOS, CERQUEIRA, ALVES, COLOMBO, 2010) também demonstram a dispersão das ações e resultados dos projetos e sua baixa focalização nos grupos mais vulneráveis dos territórios.

No caso do projeto Mulheres da Paz, os recursos, ações, encaminhamentos e impactos têm muita dificuldade em focalizar e alcançar o público-alvo nos territórios: as mulheres vulneráveis e/ou vítimas de violência física, violência sexual, violência patrimonial, violência moral, violência psicológica e

os jovens vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana. Da mesma forma, os recursos, ações, encaminhamentos e impactos do Protejo enfrentam problemas em alcançar e atender o público-alvo mais vulnerável (jovens vítimas de crimes, com trajetória de vida na rua, em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas e os egressos do sistema prisional e/ou das medidas socioeducativas).

Estes achados se repetiram nas diferentes regiões estudadas, sinalizando uma dificuldade real da gestão em chegar ao público preferencial e conquistar sua adesão aos projetos.

2 MAGNITUDE DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E JOVENS NO BRASIL

As últimas três décadas assistiram a um crescimento dramático da violência e da criminalidade no Brasil. Temos nos destacado como um dos mais violentos países na América Latina, que por sua vez é das mais violentas regiões do mundo (United Nations Office on Drugs and Crime, 2014). Algumas de nossas cidades⁷ posicionam-se no topo das zonas urbanas mais deterioradas pela criminalidade e violência (WAISELFISZ, 2014; FBSP, 2013).

A magnitude da violência e da criminalidade nas cidades brasileiras é demonstrada no crescimento e impacto dos homicídios, especialmente, na população masculina jovem e adolescente com problemas associados às drogas ilegais. Ao longo do período de 1979 até o ano de 2012 foi registrado um total de 1.260.981 homicídios no Brasil. Isto significou um crescimento de três vezes na taxa de homicídios por cem mil habitantes, passando de 10 em 1979 para 30 em 2012. O impacto dos homicídios é ainda maior na população masculina. A taxa de homicídios entre os homens passou de 17 em 1979 para 51 em 2012.

Os dados nacionais sobre os problemas associados às drogas ilegais revelam o aumento da prevalência do uso de drogas na população brasileira, especialmente do uso de *crack*, que cresceu 75% em apenas quatro anos (SENAD, 2010). Os impactos na saúde pública mostram aumento da incidência de casos de Hepatite B, Hepatite C e AIDS associados a usuários de drogas injetáveis. Na segurança pública houve forte aumento das apreensões de pasta base, cocaína, *crack* e de *ecstasy*. O número de adultos presos e de adolescentes internados por tráfico de drogas também cresceu significativamente no período.

Podemos, ainda, ter uma dimensão da magnitude das violências contra a mulher no Brasil por meio dos registros de feminicídio e de violência sexual. Segundo o levantamento realizado pelo IPEA referente ao período entre 2001 e 2011, cerca de 50 mil feminicídios ocorreram no país, o que equivale a cerca de 5.000 mortes por ano. Grande parte desses óbitos foi decorrente de violência doméstica e familiar contra a mulher, uma vez que, aproximadamente um terço deles teve o domicílio como local de ocorrência (IPEA, 2013). Os dados nacionais sobre violência sexual foram consolidados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2013 e apontam que em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro no Brasil.

O crescimento da vitimização das mulheres, adolescentes e jovens nos territórios mais vulneráveis das cidades brasileiras – resultado da violência doméstica, exposição à criminalidade e problemas associados às drogas ilegais – vem pressionando fortemente os gestores e profissionais das políticas públicas sociais, de saúde e de segurança no âmbito municipal, estadual e federal à

⁷ No “Mapa da Violência 2014, Os Jovens do Brasil”, a cidade de Caracarái (RR) obteve o primeiro lugar no Ranking Nacional com taxa de 210,3 homicídios a cada 100.000 habitantes. Os dados são referentes aos homicídios ocorridos na população total do município entre os anos de 2008 e 2012. (http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf consultado em 30/10/2014).

tomada de atitudes, visto que necessitam responder de forma mais eficiente aos diversos problemas associados à vitimização de mulheres, adolescentes e jovens nas cidades do país.

Apesar da complexidade dos problemas relacionados à vitimização de mulheres e jovens nas cidades brasileiras e da ausência de avaliações científicas sobre o impacto das políticas públicas de prevenção implementadas, gestores – no âmbito municipal, estadual e federal – tomam decisões diárias (quanto à alocação de recursos, seleção de estratégias e objetivos no enfrentamento da violência e criminalidade). Sem o amparo técnico necessário, essas decisões têm chances reduzidas de alcançar com sucesso os objetivos almejados.

Este panorama geral aponta os grandes desafios enfrentados pelas políticas públicas de prevenção, atendimento e repressão às violências contra mulheres e jovens no Brasil. Espera-se de políticas públicas focadas nesse público, especialmente o projeto Mulheres da Paz, que respondam de forma eficiente a esses problemas e desafios por meio de novas abordagens e estratégias em rede.

Ao distribuírem recursos, os gestores se veem confrontados por objetivos distintos e muitas vezes concorrentes: (I) prevenir e reduzir a vitimização de mulheres pela violência doméstica; (II) prevenir e reduzir a vitimização de mulheres pela violência sexual; (III) prevenir e reduzir a vitimização de adolescentes e jovens provocada por crimes violentos; (IV) aumentar a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho das mulheres vulneráveis; (V) aumentar a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho dos jovens das comunidades vulneráveis; (VI) prevenir e reduzir o número de adolescentes e jovens que usam drogas ilegais e os danos físicos, psicológicos, comportamentais e morais que eles sofrem em consequência do uso; (VII) responder as demandas por segurança nos territórios vulneráveis das cidades.

A inexistência de pesquisas e avaliações que apontem os pontos fortes, os pontos fracos, os benefícios difusos, os efeitos não previstos e os impactos das diferentes políticas públicas de prevenção e redução da violência contra mulheres, adolescentes e jovens nos municípios e estados do Brasil reduz, ainda mais, a clareza dos objetivos e metas a serem alcançados. Gestores e profissionais das políticas públicas de assistência social, de saúde e de segurança pública no âmbito municipal, estadual e federal não dispõem de material científico que lhes indique as estratégias mais eficientes e custo-efetivas, a serem utilizadas.

A natureza complexa das causas das violências contra mulheres e jovens exige intervenções intersetoriais e integradas entre as políticas públicas nos diversos níveis governamentais (federal, estadual, distrital e municipal). Trata-se de um problema transversal e a cooperação integrada constitui a chave para uma resposta adequada, eficaz e equilibrada.

Dada a frustração da opinião pública com a baixa eficiência dos governos na prevenção e redução da violência e criminalidade, uma estratégia inovadora e que tange aos projetos estudados é a construção de indicadores de desempenho e impacto dos projetos Mulheres da Paz e Proteção. Esses indicadores têm o objetivo de padronizar e comparar as ações, resultados e impactos nos municípios onde são executados os projetos e de permitir decisões informadas quanto à continuidade, eventuais mudanças ou interrupção do custeio desses projetos. Quando gestores e profissionais dos programas e projetos de prevenção e redução da violência contra a mulher e jovens dispõem de indicadores de desempenho e impacto, a eficiência no atendimento às vítimas e na prevenção das violações tende a aumentar. Conquistas nas políticas sociais, educacionais e na saúde resultaram de constantes ajustes por meio do emprego dos indicadores de desempenho.

3 A ABORDAGEM EM REDE NA PREVENÇÃO E REDUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E JOVENS

A condição fundamental para a definição de um problema público é haver uma atitude reivindicatória. Esta deve obter êxito em conseguir uma resposta estatal, principalmente através de definições legais e de dispositivos institucionais (GUSFIELD, 1981). Existe uma dimensão simbólica (e eminentemente moral) que envolve qualquer tema que seja tratado como um problema público. Ele é, antes de tudo, algo que deve ser transformado. Algo a respeito do qual alguém tem a obrigação de tomar uma providência.

Essa atribuição de responsabilidade é um processo histórico, cultural, econômico e político, no qual o Estado tem posição privilegiada. Ele faz sentir sua presença no domínio da produção e reprodução simbólicas, ao ser o detentor da visão oficial dos problemas (BOURDIEU, 1996). As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, de diretrizes, de objetivos e de normas, de caráter permanente e abrangente, que orienta a atuação do poder público em uma determinada área.

Nos últimos sete anos, no contexto da consolidação democrática, a sociedade brasileira presenciou a mobilização de diversos setores da sociedade civil e de organizações não governamentais. Esta mobilização resultou na denúncia do crescimento da violência contra mulheres e jovens, e na necessidade de políticas públicas integradas de enfrentamento a essas violações. As denúncias daquela realidade permitiram o surgimento de instâncias e forças políticas representativas da luta pelos direitos humanos e do enfrentamento à violência doméstica e à violência urbana.

Na história brasileira, leis que se destinam ao enfrentamento integrado da violência contra mulheres e jovens só foram outorgadas pelo Estado recentemente com a Lei 11.530 de 24/10/2007, que criou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -PRONASCI e instituiu pelo Decreto nº 6.490/2008 os projetos: Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo).

Entre as principais inovações do PRONASCI temos a abordagem articulada dos problemas associados à violência (misoginia, homofobia, violência doméstica e sexual, vulnerabilidade socioeconômica, ameaça e tentativa de homicídio). Nessa abordagem transversal e articulada, o PRONASCI baseou-se em várias iniciativas que priorizam as políticas de prevenção: Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública (2003); a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – SPM (2008); o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006). Tal Programa é um marco na consolidação dos direitos humanos no Brasil e moldou as ações (prevenção, atendimento, repressão e responsabilização) direcionadas ao enfrentamento da violência contra mulheres e jovens.

Destaca-se que as violências contra mulheres e jovens têm o seu reconhecimento consolidado como um problema público por meio da criação de leis, conjuntamente com a criação de organizações públicas e programas de ação (envolvendo governo e sociedade e os diferentes setores das políticas públicas – justiça e segurança, trabalho e renda, saúde, assistência social, cultura e educação). Contudo, os dispositivos institucionais acionados para tratá-los não são apenas uma resposta à demanda pública, eles também a definem, a partir das concepções políticas e simbólicas dos seus operadores e dos recursos mobilizados.

As situações e problemas culturais, sociais, econômicos e políticos que esses dispositivos institucionais (organizações, programas e serviços) se dispõem a regulamentar são extremamente variados e complexos. Tais situações e problemas abrigam conceitos muitas vezes subjetivos e conflitantes, além de uma gama diversificada de atores no nível federal, estadual e municipal.

Além disso, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) dependia da adesão de múltiplos atores de diferentes setores governamentais e da sociedade – justiça, segurança, trabalho e renda, saúde, assistência social, cultura, educação, sem relações hierárquicas formais.

Dessa forma, ao priorizar o estabelecimento de redes o PRONASCI visava integrar ações de múltiplos atores, com interesses também diversos entre si, que marcam um cenário de disputa em torno de demandas colocadas para o poder público. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, o programa descentraliza a ação, cuja execução não é de competência apenas da União, mas também dos municípios e, idealmente, de forma coordenada entre organizações governamentais e não governamentais.

A rede, enquanto aliança entre atores institucionais distintos, forma um bloco de ação, político e operacional. Com mecanismos de gestão democrática, compartilha o poder de decisão entre os atores pela interação comunicativa, transparência das propostas, coordenação legitimada, ação compartilhada e avaliação coletiva. O foco do trabalho em redes não é um problema imediato, isolado, mas a articulação de sujeitos/atores/forças para propiciar poder, recursos e dispositivos para a ação, a auto-organização e a autorreflexão do coletivo de atores/instituições participantes.

Em síntese, o PRONASCI surge como uma resposta de política pública formulada pelo Estado, a fim de responder às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, possibilitando a percepção da relevância de se pensar em rede para redução e prevenção da violência contra mulheres e jovens.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma abordagem que recorre a vários métodos para identificar evidências relevantes para a construção dos indicadores de desempenho específicos para os projetos Mulheres da Paz e Protejo. A intenção da pesquisa foi levar em conta uma série de informações, de uma variedade de atores-chave, a fim de analisar e sintetizar as evidências coletadas. A estratégia e instrumentos de coleta de dados desenvolvidos foram:

- Revisão do marco legal que regulamenta os projetos Mulheres da Paz e o Protejo responsáveis pela prevenção e redução das vulnerabilidades e violências contra mulheres e jovens;
- Revisão da literatura internacional e nacional existente sobre as políticas públicas de prevenção à violência contra mulheres e jovens;
- Revisão da literatura nacional e internacional sobre o monitoramento e a avaliação de impacto das políticas públicas;
- Entrevistas semiestruturadas com atores-chave (*stakeholders*) dos projetos Mulheres da Paz e o Protejo, e com atores da rede de enfrentamento as violências contra mulheres e jovens, incluindo organizações governamentais e não governamentais;
- Grupos focais com o público-alvo dos projetos Mulheres da Paz e do Protejo (mulheres e jovens capacitados e participantes da edição atual).

Realizamos uma triangulação de metodologias de pesquisa para a construção dos indicadores: observação in loco, entrevistas, análise de fluxos, grupos focais e revisão da literatura nacional e internacional.

5 MARCO LÓGICO DOS PROJETOS MULHERES DA PAZ E PROTEJO

As diversas estratégias metodológicas de coleta de dados implementadas junto aos projetos Mulheres da Paz e Protejo, nas cidades pesquisadas (Canoas e São Leopoldo [RS], São Bernardo do Campo [SP], Uberaba [MG]) somadas ao trabalho de campo e à análise dos resultados, possibilitaram a construção do marco lógico de cada projeto, apresentando suas características centrais.

A construção do Marco Lógico dos projetos Mulheres da Paz e Protejo busca evidenciar seus objetivos, ações, resultados, relações causais e possíveis indicadores. O Marco Lógico é uma ferramenta utilizada para explicitar os objetivos (geral e específico) do projeto, os resultados intermediários e as atividades que compõem cada resultado intermediário alcançado. Cada item que compõe o Marco Lógico também possui indicadores, fontes de verificação e fatores externos que podem influenciar a atuação dos projetos. Portanto, o projeto tem a oportunidade de repensar sua atuação, comparar seu escopo com a construção do marco lógico e avaliar seus rumos, bem como propor novos caminhos. Apresentamos a seguir o marco lógico dos projetos Mulheres da Paz e Protejo da cidade de São Bernardo do Campo para exemplificar as contribuições da ferramenta na compreensão do alcance, limites e impactos dos projetos.

A partir da confecção do Marco Lógico, partimos para a construção de outra ferramenta, o “Macroprocesso das vulnerabilidades e violências contra mulheres e jovens e as ações e impactos dos projetos”, conforme será apresentado na próxima seção. A descrição do macroprocesso é composta pelas causas do problema inicialmente pensado (que são interligadas e dispostas em níveis que determinam a proximidade ou não daquela causa às possibilidades de atuação do projeto) e as consequências que este problema gera para a sociedade.

Com o “Macroprocesso das vulnerabilidades e violências contra mulheres e jovens e as ações e impactos dos projetos Mulheres da Paz e Protejo” pronto, selecionamos as causas sobre as quais os projetos atuam e, identificamos as atividades que são realizadas a fim de alterar/sanar/reduzir cada causa selecionada, bem como os resultados que se propõem alcançar com tais atividades. Por fim, chegou-se à Matriz de Indicadores de desempenho e impacto.

Quadro 1 – Marco Lógico e organizacional Mulheres da Paz – São Bernardo do Campo, 2014

Marco Lógico do projeto Mulheres da Paz	
Macroproblema	Elevados índices de violência contra mulheres e jovens.
Problema	Ausência de capacitação/formação das mulheres para enfrentar a violência por meio da mobilização da rede de políticas públicas.
Território	Áreas conflagradas que constituam foco territorial, estabelecidas no edital.
População Estimada	Dados fornecidos pelos próprios municípios em suas justificativas para implantação dos projetos.
Descritores da Situação Inicial ⁸	Dados fornecidos pelos próprios municípios em suas justificativas para implantação dos projetos.
Objetivo do projeto	Capacitar mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, a partir do empoderamento feminino, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres.

Marco Lógico do projeto Mulheres da Paz	
Público-alvo	Mulheres que tenham idade mínima de dezoito anos completos, renda familiar de até dois salários mínimos; comprovada capacidade de leitura e escrita; e residam em área que constitua foco territorial do PRONASCI. Mulheres com perfil voltado à liderança, ou ao menos ter condições para que sejam desenvolvidas tais características e que não estejam em situação de vulnerabilidade social ou à violência extrema, para que possam desenvolver plenamente suas potencialidades no projeto.
Beneficiários Finais	Mulheres capacitadas durante o projeto, e território no qual elas estão inseridas.
Recursos	Recursos da Contrapartida do município: Total do Projeto: R\$ 730.360,00
Ações (procura atacar as causas do problema)	Capacitação inicial Mulheres da Paz com temas para atuação na comunidade: 96/horas. Capacitação continuada com palestras e debates: 128/horas (16 horas por mês). Realização de oficinas comunitárias. Participação em reuniões com a Equipe Multiprofissional. Realização de visitas na comunidade.
Resultados Esperados Pelo Município	Fortalecimento das práticas políticas e socioculturais desenvolvidas para e pelas mulheres. Orientação da comunidade sobre prevenção e redução das violências criando condições para que famílias, mulheres e jovens possam lidar com os conflitos de forma não violenta, aumentando seus recursos por meio do conhecimento de direitos e das redes, órgãos e serviços, fortalecendo sua autonomia e possibilitando o exercício ativo de seus direitos. Promover palestras, grupos, oficinas, trocas de experiências, etc., para a multiplicação de ações que orientem práticas de direitos humanos, de proteção da vida e estimulando uma cultura da paz promovendo a integração dos jovens e suas famílias, contribuindo, assim, para o enfrentamento e prevenção das violências. Integração com os jovens do Protejo ao longo do percurso social formativo, e com suas famílias, colaborando com o reforço dos vínculos familiares e comunitários. Orientação sobre serviços de utilidade pública e rede de proteção social. Criação de um espaço permanente de reflexão e encontro acerca das questões de segurança no território – governança cooperativa. Fortalecimento das redes de solidariedade e convivência no território. Sustentação do Cidade de Paz como projeto municipal, intersetorial e integrado de prevenção da violência (envolvimento institucional). Aumento da percepção de segurança no território.
Indicadores dos Resultados	Nº de mulheres que retomaram os estudos. Nº de mulheres que ingressaram no mercado de trabalho ou em cursos de qualificação profissional; Nº de mulheres que ingressaram em algum tipo de organização social e/ou comunitária. Nº de encaminhamentos atendidos pela rede de atendimento. Participação nas atividades formativas, de capacitação e de supervisão. Mudanças relacionadas ao aumento da renda familiar. Nº de atuação comunitária (3 por mês, a partir do 3º mês): entre elas: visitas, rodas de conversa, reuniões do Fórum Local, visitas institucionais, participação em eventos externos. Aumento na percepção de segurança no território. Execução integrada e intersetorial dos projetos - Número de reuniões do Comitê Gestor Fortalecimento das redes locais e de solidariedade - Número de Reuniões do Fórum Local e número de ações locais de fomento à cultura de paz e convivência propostas pela comunidade. Número de reuniões de planejamento e monitoramento da Equipe multidisciplinar com a coordenação local. Número de parcerias visando à execução dos projetos. Número de ações intersecretarias visando à melhoria da execução dos projetos e o pós-projeto. Melhoria na percepção de segurança no território pela comunidade em geral.
Instrumentos de Mensuração dos Indicadores	Perfil socioeconômico das beneficiárias realizado no início e no final dos projetos. Pesquisa de vitimização e percepção de segurança aplicada às beneficiárias no início e final dos projetos. Pesquisa de percepção de segurança aplicada à comunidade do território (amostral), antes do início da instalação do Território de Paz Silvina, seis meses depois do início e ao final dos projetos. Registro de todas as atividades realizadas no curso da execução, com lista de presença. Relatórios gerenciais (quali/quantit) da execução dos projetos mensais, trimestrais e anual. Atas das reuniões do Comitê Gestor. Atas das reuniões do Fórum Local.
Fatores de contexto	Fatores Negativos: Atraso no recebimento das bolsas auxílio para as mulheres, aumentando consideravelmente a evasão nos projetos. Ausência do curso de formação da equipe multidisciplinar para atuar nos projetos, resultando em falta de padronização e dificuldades na implementação dos projetos.

Quadro 2 – Marco Lógico e organizacional Protejo – São Bernardo do Campo, 2014

Marco Lógico do Protejo	
Macroproblema	Elevados índices de violência contra mulheres e jovens.
Problema	Necessidade de fortalecimento das redes de apoio e proteção ao jovem/adolescente em vulnerabilidade social, familiar ou de violência, envolvidos com criminalidade e uso de drogas.
Território	Áreas conflagradas que constituam foco territorial, estabelecidas no edital.
População Estimada	Dados fornecidos pelos próprios municípios em suas justificativas para implantação dos projetos.
Descritores da Situação Inicial ⁹	Dados fornecidos pelos próprios municípios em suas justificativas para implantação dos projetos.
Objetivo do projeto	O projeto tem como objetivo geral identificar, acolher e acompanhar jovens entre 15 e 24 anos, em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências, como egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua, ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos, por meio de um percurso sócio formativo, com vistas a reconfiguração de suas trajetórias.
Público-alvo	Jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências, como egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas, em situação de rua, ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídios e crimes violentos
Beneficiários Finais	Jovens moradores áreas conflagradas que constituam foco territorial do PRONASCI capacitados no projeto.
Recursos	Recursos da Contrapartida do município: Total dos Projetos:
Ações (procura atacar as causas do problema)	Processo de formação continuada: 460h
Resultados Esperados Pelo Município	Participação dos jovens e suas famílias em atividades culturais e esportivas locais e no enfrentamento dos problemas cotidianos de sua comunidade; Compreensão pelos jovens dos conceitos de participação comunitária, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; Reinserção qualitativa do jovem na comunidade, com espírito crítico, autônomo e protagonista; Prevenir a violência e a vitimização juvenis, bem como prevenir a reincidência no caso de jovens do projeto que já estiveram ou estão em conflito com a lei, por meio de sua reinclusão no percurso social-formativo. Inclusão dos jovens em atividade de emprego ou de geração de renda, com certificação do curso pelo SENAI. Criação de um espaço permanente de reflexão e encontro acerca das questões de segurança no território – governança cooperativa - Fortalecimento das redes de solidariedade e convivência no território Sustentação do Cidade de Paz como projeto municipal, intersetorial e integrado de prevenção da violência (envolvimento institucional). Aumento da percepção de segurança no território.
Indicadores dos Resultados	75% de melhora no desempenho escolar (nota e frequência); Melhoria nos indicadores do nível de escolaridade - Nº de jovens que retomaram os estudos; Nº de jovens que ingressaram no mercado de trabalho ou em cursos de qualificação profissional; Redução do nível de exposição à criminalidade/violências Nº de encaminhamentos atendidos pela rede de atendimento; Participação nos cursos profissionalizantes; Participação nos encontros do Território; Participação no curso de informática; Mudanças relacionadas ao aumento da renda familiar (obtenção da bolsa auxílio dos jovens); Grau de autonomia e predisposição dos jovens em participar de atividades do Fórum Local e no território Aumento da percepção de segurança no território Execução integrada e intersetorial dos projetos - Número de reuniões do Comitê Gestor Fortalecimento das redes locais e de solidariedade - Número de Reuniões do Fórum Local e número de ações locais de fomento à cultura de paz e convivência propostas pela comunidade Número de reuniões de planejamento e monitoramento da Equipe multidisciplinar com a coordenação local Número de parcerias visando à execução dos projetos Número de ações intersecretarias visando à melhoria da execução dos projetos e o pós projeto. Melhoria na percepção de segurança no território pela comunidade em geral (tanto aqui quanto no outro, se não me engano a percepção da população saiu do objetivo principal do projeto no grupo de trabalho) ¹

Marco Lógico do Protejo	
Instrumentos de Mensuração dos Indicadores	<p>Perfil socioeconômico dos jovens realizados no início e no final dos projetos.</p> <p>Pesquisa de vitimização e percepção de segurança aplicada aos beneficiários no início e final dos projetos.</p> <p>Pesquisa de percepção de segurança aplicada à comunidade do território (amostral), antes do início da instalação do Território de Paz Silvina, seis meses depois do início e ao final dos projetos.</p> <p>Registro de todas as atividades realizadas no curso da execução, com lista de presença.</p> <p>Relatórios gerenciais (quali/quantitativo) da execução dos projetos mensais, trimestrais e anual.</p> <p>Atas das reuniões do Comitê Gestor</p> <p>Atas das reuniões do Fórum Local</p> <p>Registros do desempenho escolar (nota e frequência)</p>
Fatores de contexto	<p>Fatores Negativos:</p> <p>Atraso no recebimento das bolsas auxílio para jovens, aumentando consideravelmente a evasão nos projetos.</p> <p>Ausência do curso de formação da equipe multidisciplinar para atuar nos projetos, resultando em falta de padronização e dificuldades na implementação dos projetos.</p>

6 MACROPROCESSO DAS VULNERABILIDADES E VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES E JOVENS E AS AÇÕES E IMPACTOS DOS PROJETOS MULHERES DA PAZ E PROTEJO

Desde 2003 o Governo Federal propõe uma Política Nacional de Segurança Pública, que inclui na sua agenda a prevenção da violência e criminalidade como uma das áreas de atuação. As ações de prevenção ganharam importância principalmente com a reformulação da Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública, a qual ampliou a possibilidade de financiamento de ações municipais de prevenção à criminalidade (BRASIL, 2003).

Os Planos Nacionais de Segurança Pública, particularmente o segundo, ressaltam em suas diretrizes a prevenção (SOARES, 2007). No entanto, é em 2007, com o PRONASCI que o Governo Federal institui um plano nacional que prioriza tanto a repressão qualificada quanto a prevenção da violência, articulando políticas de segurança com ações de natureza social. O projeto busca atuar nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, por meio do fortalecimento dos laços comunitários e das parcerias com as famílias, sem abdicar das estratégias de ordenamento social e repressão. As ações do PRONASCI preveem três frentes de atuação: 1) territorial: atuando em regiões urbanas com altos índices de criminalidade; 2) etária: priorizando a juventude, particularmente jovens entre 15 e 24 anos, que vivem nas franjas da criminalidade ou já cometeram atos infracionais e, por fim 3) policial: por meio da formação e valorização das forças de segurança.

Neste sentido, a Lei 11.530 de 24/10/2007, que criou PRONASCI, instituiu quatro projetos: Reservista-Cidadão; Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo; Mulheres da Paz; e o Bolsa-Formação.

Nos termos dessa Lei, o Projeto Mulheres da Paz, conforme disposto em seu artigo 8º, “é destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI”. A criação do Projeto Mulheres da Paz está alinhada a um modelo de intervenção social que vem conferindo grande centralidade na implementação das políticas públicas às mulheres; seja como clientes dos programas de transferência de renda, seja como operadoras de programas governamentais de base local, voltados para populações vulneráveis (MOLYNEUX, 2006; BORJ, FONTES, 2007; SORJ, GOMES, 2011).

Essa participação das mulheres nos programas sociais brasileiros incorpora várias concepções de identidade de gênero. Uma dessas identidades valoriza o modelo tradicional de família, visto como um pilar para a construção de redes de segurança para as famílias pobres. Neste caso, características

comumente associados às mulheres, por exemplo, as vocações para o cuidado e a agregação das famílias colocam-se como virtudes a serviço das políticas de distribuição de renda, enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social. No caso da violência, os movimentos de mães contribuíram para o fortalecimento da ideia que associa mulheres, maternidade e não violência. Isto fomentou uma série de iniciativas governamentais e não governamentais de mobilização das mulheres para projetos e campanhas contra a violência, o desarmamento etc. O Projeto Mulheres da Paz, de partida, fundou-se na possibilidade de institucionalizar os movimentos de mães, atraindo-os para fortalecer as iniciativas governamentais de enfrentamento da criminalidade, prevenção da entrada de jovens no mundo do crime e promoção de uma cultura de paz.

Contudo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM identificou na concepção inicial do projeto o fortalecimento da imagem “*naturalizadora*” de mães cuidadoras, a qual se opôs, defendendo que a iniciativa deveria promover o empoderamento das mulheres (SORJ, GOMES, 2011).

Parte dessas sugestões foi absorvida no texto final do Projeto que, no artigo 8º, da Lei 11.530, de 24/10/2007, agrega aos objetivos iniciais as alterações recomendadas pela SPM, explicitando no texto legal a tensão “mãe” versus “mulher”, como pode ser verificado a seguir:

O trabalho desenvolvido pelas Mulheres da Paz tem como foco:

I- a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres; e

II- a articulação com jovens e adolescentes, com vistas na sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social.(BRASIL, 2008).

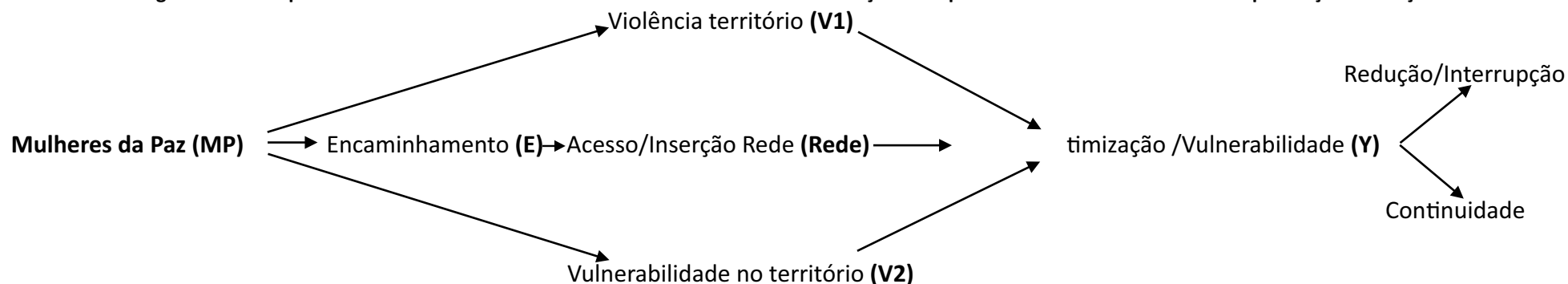
Este formato valoriza a presença das mulheres pobres no espaço público como forma de *empoderamento*. O que é essencial ao projeto de mudança das relações de gênero, que se inicia na transformação pessoal, passa pela vida familiar e expande para o território em que as mulheres vivem e atuam. Esta lógica orienta os cursos de capacitação do projeto que incorporam temas como violência familiar, sexualidade, direitos e liderança comunitária, valorização da autoestima e autodesenvolvimento. Contribuem assim, para a superação de modelos tradicionais de feminilidade e para a construção de uma nova subjetividade.

Este modelo fundado na ideia do *empoderamento* alinha-se a uma concepção de política pública que entende que a transformação ocorre por meio da mudança do indivíduo, a qual ocorre mais via capacitação do que pelas mudanças estruturais. Este modelo valoriza o protagonismo como “elo de conexão entre os níveis micro e macrosociais confere à atividade de educação/capacitação uma importância central no desenho do programa Mulheres da Paz” (SORJ, GOMES, 2011).

Assim, fundada nesta perspectiva, a implementação do projeto Mulheres da Paz deve ocorrer por meio da formação sociojurídica realizada com foco em: direitos humanos, gênero e mediação pacífica de conflitos, desenvolvimento de atividades de emancipação da mulher, reeducação e valorização dos jovens e adolescentes e em colaboração com as ações desenvolvidas pelo Protejo, articulando-se com os Conselhos Tutelares. O projeto prevê a organização das Mulheres da Paz (MP) em grupos dentro do território atendido. Esses grupos devem se articular com os demais atores da rede de proteção social de forma a garantir o atendimento das reivindicações e necessidades mais prementes dos jovens da comunidade.

Apresentamos a seguir o macroprocesso das vulnerabilidades e violências contra mulheres e as ações e impactos do projeto Mulheres da Paz na sua prevenção e redução. Esse modelo ajuda a compreender a focalização das ações, do público-alvo e dos impactos do projeto (Fonte: Pesquisa Avaliação dos projetos Protejo e Mulheres da Paz, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG)/Senasp, 2014).

Figura 1 – Macroprocesso das vulnerabilidades e violências contra mulheres e as ações e impactos do Mulheres da Paz na sua prevenção e redução



Mulheres da Paz (MP)

Contrapartida da Prefeitura
 Coordenação Local
 Equipe Multidisciplinar de Acompanhamento e Apoio
 Capacitação: Identidade/Sexualidade e Diversidades
 Capacitação: Mobilização Comunitária
 Capacitação: Democratização do Acesso à Justiça
 Capacitação: Resolução não Violenta de conflitos e Educação para uma cultura de Paz
 Capacitação: Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher
 Capacitação: Associativismo e Empreendedorismo / Informática Básica
 Bolsa Auxílio

Encaminhamento (E)

Encaminhamentos à Rede de Atendimento
 Encaminhamentos à Rede de Prevenção
 Encaminhamentos à Rede de Repressão
 Palestras, oficinas (Direitos Humanos, Cultura da Paz)
 Orientação sobre a Lei Maria da Penha

Acesso/Inserção Rede (Rede)

Inclusão escolar
 Inclusão cursos de formação
 Inclusão profissional
 Inclusão nos serviços de saúde
 Inclusão nos serviços da Rede de Prevenção
 Inclusão nos serviços da Rede de Repressão/
 Responsabilização

Violência no território (V1)

Taxa violência física¹⁰ contra a mulher
 Violência sexual¹¹ contra a mulher
 Violência patrimonial¹² contra a mulher
 Violência moral¹³ contra a mulher
 Violência Psicológica¹⁴ contra a mulher
 Taxa de homicídios alta
 Taxa de homicídios de jovens alta

Vulnerabilidade no território (V2)

Baixa mobilização comunitária
 Resolução violenta de conflitos
 Desconhecimento da rede de atendimento, de prevenção e de responsabilização
 Baixo acesso / inserção a rede de atendimento, de prevenção e de responsabilização
 Déficit escolar
 Déficit de formação profissional
 Elevado desemprego / subemprego

¹⁰ (Homicídio Doloso, Tentativa de Homicídio, Lesão Corporal Dolosa)

¹¹ (Estupro, Tentativa de Estupro)

¹² (Dano, Violação de Domicílio, Supressão de documento)

¹³ (Calúnia/ Difamação/Injúria)

¹⁴ (Ameaça, Constrangimento Ilegal)

No que diz respeito ao Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo, a Lei 11.530/2007 determina que ele destina-se:

À formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI.

§ 1o O trabalho desenvolvido pelo Protejo terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e tem como foco a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais que visem a resgatar a autoestima, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação do seu percurso socioformativo para sua inclusão em uma vida saudável.

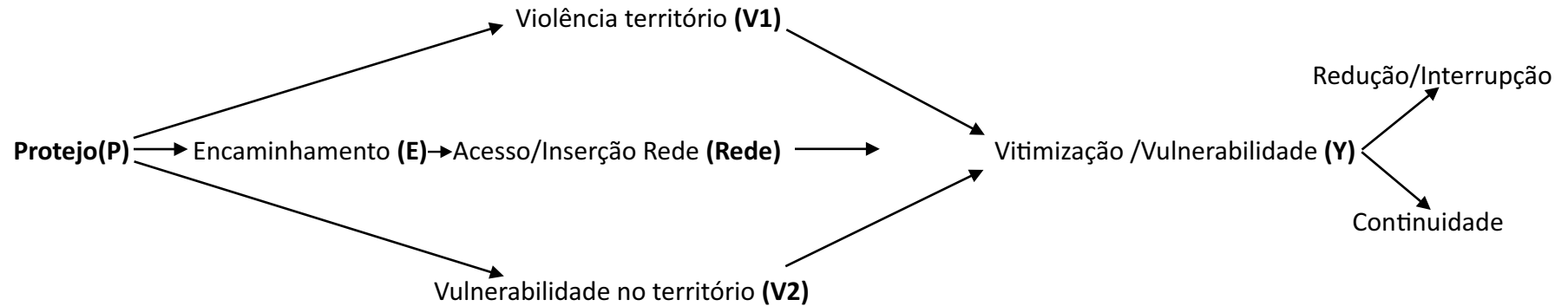
§ 2o A implementação do Protejo dar-se-á por meio da identificação dos jovens e adolescentes participantes, sua inclusão em práticas esportivas, culturais e educacionais e formação sociojurídica realizada por meio de cursos de capacitação legal com foco em direitos humanos, no combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, bem como em atividades de emancipação e socialização que possibilitem a sua reinserção nas comunidades em que vivem. (BRASIL, 2008)

O Protejo está voltado para jovens de 15 a 24 anos que tenham sido vítimas de criminalidade, estejam em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, sejam egressos do sistema prisional ou estejam cumprindo medidas socioeducativas ou em situação de rua. O objetivo é reintegrá-los à comunidade com ações que previnam a violência e incentivem a prática da cultura da paz. O projeto seleciona e acompanha esses jovens no desenvolvimento de seus percursos formativos voltados para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social. Dessa forma, busca a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas, além de aumento da autoestima dos jovens.

De uma forma geral, o percurso inclui temas como: formação cidadã e sociojurídica, violências, resolução pacífica de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, sexualidade, autoestima, informática e tecnologia, prevenção à drogadição, introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas.

Apresentamos a seguir o macroprocesso das vulnerabilidades e violências contra jovens e as ações e impactos do projeto Protejo na sua prevenção e redução. Esse modelo ajuda a compreender a focalização das ações, do público-alvo e dos impactos do projeto.

Figura 2 – Macroprocesso das vulnerabilidades e violências contra jovens e as ações e impactos do Protejo na sua prevenção e redução



Protejo(P)

Contrapartida da Prefeitura
 Coordenação Local
 Equipe Multidisciplinar de Acompanhamento e Apoio
 Capacitação: Sexualidade, Família
 Capacitação: Juventude e Violências
 Capacitação: Técnica de Resolução não violenta de Conflitos
 Capacitação: Drogas: Redução de Danos e Prevenção / Crack
 Capacitação: Juventude e Segurança Pública
 Capacitação: Iniciação ao Mundo do Trabalho
 Bolsa Auxílio

Encaminhamento (E)

Encaminhamentos à Rede de Atendimento
 Encaminhamentos à Rede de Prevenção
 Encaminhamentos à Rede de Repressão

Acesso/Inserção Rede (Rede)

Inclusão escolar
 Inclusão cursos de formação
 Inclusão profissional
 Inclusão nos serviços de saúde
 Inclusão nos serviços da Rede de Prevenção
 Inclusão nos serviços da Rede de Repressão/
 Responsabilização

Violência no território (V1)

Taxa de homicídios de jovens alta
 Vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana
 Trajetória de Vida na Rua
 Vítimas de crime ou com familiar nesta condição
 Cumprimento medida socioeducativa ou penas alternativas
 Dependência química
 Envolvimento com gangues
 Egressos sistema prisional /medidas socioeducativas

Vulnerabilidade no território (V2)

Baixa mobilização comunitária
 Resolução violenta de conflitos
 Desconhecimento da rede de atendimento, de prevenção e de responsabilização
 Baixo acesso / inserção a rede de atendimento, de prevenção e de responsabilização
 Déficit escolar
 Déficit de formação profissional
 Elevado desemprego / subemprego

Fonte: Pesquisa Avaliação dos projetos Protejo e Mulheres da Paz, Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG)/Senasp, 2014.

7 CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A FOCALIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DOS RESULTADOS DOS PROJETOS MULHERES DA PAZ E DO PROTEJO

As ações e intervenções de prevenção à violência de gênero, à violência juvenil e ao envolvimento dos jovens com as drogas, implementadas pelos projetos Mulheres da Paz e Protejo em inúmeras cidades e estados do país, ainda não possuem uma história contada em números. Isto se deve ao fato de se tratar de uma política em construção. Assim, comparações e avaliações do desempenho e do impacto dos projetos Mulheres da Paz e Protejo entre as cidades do Brasil são raras. A principal dificuldade para que isso aconteça é a escassez de dados sobre as diferentes modalidades de violência contra as mulheres e jovens e dos encaminhamentos realizados. Ainda não foram instituídos indicadores para comparar o desempenho dos projetos entre os municípios e ajudar na compreensão das diferenças (contrapartida das prefeituras, gestão, equipe técnica, recursos, etc.) entre os projetos e as cidades.

Os estudos e pesquisas nacionais sobre os projetos Mulheres da Paz e Protejo citados anteriormente não abordam a relevância do uso de indicadores de desempenho, eles focam na análise das demandas, dificuldades e conflitos dos profissionais, das mulheres atendidas e dos jovens. Os registros disponíveis nos projetos são de natureza administrativa (Seleção e Capacitação da equipe multidisciplinar contratada; Periodicidade das reuniões de planejamento da equipe local; Espaço físico; Equipamentos permanentes; Público Prioritário Mulheres da Paz; Público Prioritário Jovens; Desenvolvimento do Projeto e Relatório Físico-Financeiro), para a produção de relatórios trimestrais para o Ministério da Justiça. As entrevistas realizadas com os gestores e a equipe técnica dos projetos destacam que esses registros não permitem o monitoramento do desempenho e a avaliação do impacto dos projetos Mulheres da Paz e Protejo.

Há um consenso nas pesquisas e avaliações internacionais de que as políticas públicas de enfrentamento às violências contra mulheres, adolescentes e jovens devem se basear em evidências e não em ideologias. O papel dos gestores e profissionais das políticas públicas de prevenção é promover o uso mais eficiente dos recursos e contribuir para a consecução dos objetivos centrais da política de prevenção e redução dessas violências. Objetivos que devem ser alcançados através do protagonismo social das mulheres e jovens beneficiários, com inserção educacional, profissional e elevação do nível de coesão social das comunidades. Neste contexto, os gestores e profissionais das políticas públicas que atendem essa população precisam realizar revisões significativas de suas estratégias e intervenções de enfrentamento às violências contra mulheres, adolescentes e jovens, pois somente assim poderão fazer o uso mais eficiente dos recursos e atingir os objetivos estabelecidos.

Nosso propósito é, a partir da análise das entrevistas e grupos focais realizados com os gestores, equipe técnica, jovens e mulheres atendidas nos projetos Mulheres da Paz e Protejo, nos municípios de Uberaba (MG), São Bernardo do Campo (SP), Canoas e São Leopoldo (RS), forjar uma estratégia de longo prazo para a sistematização de bases de dados do Mulheres da Paz e do Protejo, com o objetivo de monitorar o desempenho, tanto das ações e recursos implementados, quanto dos encaminhamentos e impactos dos respectivos projetos. A consolidação de um sistema de indicadores de monitoramento e desempenho dos projetos Mulheres da Paz e do Protejo é o primeiro passo, embora o mais crítico, para o empoderamento tanto dos gestores e profissionais da equipe multidisciplinar quanto do público-alvo (mulheres e jovens). As futuras inovações na prestação do atendimento, na inserção das mulheres e jovens na rede de atendimento, prevenção e repressão à violência doméstica e urbana, dependem de um sistema de indicadores que monitore e oriente o Governo Federal, as prefeituras e os gestores dos projetos.

Nosso objetivo é contribuir para o alinhamento da prática dos gestores e profissionais às Diretrizes Nacionais dos Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo (2013).

Longe de ser uma característica exclusiva do Mulheres da Paz e do Protejo, os problemas de dados e informações na segurança pública e na justiça criminal, tais como subnotificação, dados precários, dispersos e de difícil comparação temporal e espacial, são uma constante no Brasil (COELHO, 1978; PAIXÃO, 1983; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1988; KAHN, 2000; BEATO 2005).

Há na literatura internacional de avaliação de políticas públicas de prevenção do crime e da violência, um esforço para a construção e a aplicação de indicadores para medir progressos e avaliar os impactos dos projetos implementados (MACKENZIE, 1998; KEILITZ, 2000; VERAINSTITUTE OF JUSTICE, 2003; UNITED NATIONS, 2006). Quando gestores e profissionais das organizações de prevenção e redução da violência dispõem de indicadores de desempenho e impacto, a eficiência no atendimento às vítimas e na prevenção de violações e novas vitimizações aumenta significativamente (UNITED NATIONS, 2006).

Entretanto, a escolha de indicadores apropriados não pode ser feita sem a consideração das características específicas do contexto de intervenção e dos projetos implementados (BANCO MUNDIAL, 2003). Um indicador é uma medida que permite quantificar e qualificar o sucesso alcançado e ajuda a responder à pergunta se está havendo progresso e de quanto, na obtenção de determinado objetivo. O indicador constitui uma instância central do processo de avaliação. Ele oferece uma maneira de medir e apresentar informações que revelam se práticas estão sendo implementadas, se determinados padrões estão sendo cumpridos e constitui uma medida estatística direta e válida que monitora níveis e mudanças ao longo do tempo referente a um interesse social fundamental. Os indicadores vão de encontro às exigências dos financiadores que precisam mensurar os resultados dos investimentos do público beneficiado e da sociedade que cobram transparência na gestão de recursos públicos (BANCO MUNDIAL, 2003, CALSING, s/d).

Os indicadores não são elaborados para oferecer informações completas sobre todos os aspectos possíveis dos projetos de prevenção e redução da violência. Não há uma única fonte de dados que considere a totalidade das ações e intervenções de projetos tão complexos, como é o caso dos projetos Mulheres da Paz e do Protejo. Uma saída para enfrentar essa complexidade é utilizar várias fontes de dados, suprimindo suas deficiências através da complementaridade, consistência e busca de convergência. Cada fonte tem seus limites e alcances, todas estão sujeitas a críticas e correções, e sua utilidade ou não depende daquilo que se está procurando explicar.

Propomos a construção de uma série de 31 (trinta e um) indicadores para o monitoramento do desempenho e avaliação do impacto dos projetos Mulheres da Paz e o Protejo, desenvolvidos a partir das Diretrizes Nacionais dos Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) e dos marcos legais dos projetos: a Lei nº 11.530/2007 e o Decreto nº 6.490/2008. Nosso intuito é que os produtos desta pesquisa representem um conjunto de ferramentas metodológicas e conceituais para a produção de diagnósticos, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Propomos, assim, a construção de um rol de dezesseis (16) indicadores para o monitoramento do desempenho e avaliação do impacto do projeto Mulheres da Paz: (1) Famílias mapeadas; (2) Mulheres mapeadas por tipo de violência; (3) Famílias / Mulheres visitadas; (4) Palestras e oficinas; (5) Orientação sobre Lei Maria da Penha; (6) Encaminhamentos à Rede de Atendimento; (7) Encaminhamentos à Rede de Prevenção; (8) Encaminhamentos à Rede de Repressão / Responsabilização; (9) Acompanhamento dos encaminhamentos; (10) Inserção Educacional; (11) Inserção Profissional; (12) Integração Mulheres Paz e Protejo; (13) Encaminhamentos para Protejo; (14) Evasão; (15) Vitimização de Mulheres no território; (16) Óbitos de Mulheres no território.

Propomos, ainda, a construção de um rol de quinze (15) indicadores para o monitoramento do desempenho e avaliação do impacto do projeto Protejo: (1) Jovens mapeados vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana; (2) Jovens mapeados em situação de morador de rua; (3) Jovens mapeados vítimas de crime ou com familiar nesta condição; (4) Jovens mapeados em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas; (5) Jovens mapeados egressos do sistema prisional ou de medidas socioeducativas; (6) Jovens visitados; (7) Encaminhamentos à Rede de Atendimento; (8) Encaminhamentos à Rede de Prevenção; (9) Encaminhamentos à Rede de Repressão/Responsabilização; (10) Inserção Educacional; (11) Inserção Profissional; (12) Integração Mulheres Paz e Protejo (13) Evasão; (14) Vitimização de Jovens no território; (15) Óbitos de Jovens no território.

Todos os indicadores foram escolhidos por sua viabilidade de medição e porque realizar tal mensuração é relevante para os gestores e profissionais responsáveis pelos projetos de prevenção à violência de gênero, à violência juvenil e ao envolvimento dos jovens com as drogas no sentido de avaliarem o funcionamento, os avanços e os limites das suas ações e intervenções.

Indicador	O que mede	Relevância	Como medir	Onde coletar
Famílias mapeadas	Número de famílias mapeadas no território por tipo de situação de conflito e vulnerabilidade social	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Número de famílias mapeadas / total de famílias do território	Coordenação Local
Mulheres mapeadas por tipo de violência ¹⁵	Número de famílias mapeadas no território por tipo de situação de conflito e vulnerabilidade social	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Número casos por tipo de violência / total de mulheres mapeadas no território	Coordenação Local
Famílias/ Mulheres visitadas	Número de mulheres visitadas por tipo de situação de conflito e vulnerabilidade social	Levantamento e dimensionamento detalhado do público-alvo e das suas demandas específicas	Número de mulheres/famílias visitadas /mulheres/ famílias mapeadas	Coordenação Local
Palestras e oficinas	Número de palestras, oficinas ou troca de experiências que promovam práticas de direitos humanos, de proteção da vida e estimulem a cultura da paz	Apresentação ao público-alvo de temas relevantes do projeto	Número de participantes / total de famílias visitadas	Coordenação Local
Orientação sobre a Lei Maria da Penha	Número de mulheres vítimas de violência orientadas sobre a proteção da Lei Maria da Penha	Apresentação ao público-alvo de temas relevantes do projeto	Número de mulheres vítimas orientadas / total de mulheres vítimas mapeadas	Coordenação Local
Encaminhamentos a Rede de Atendimento	Número de mulheres encaminhadas a Rede de Atendimento	Atendimento e encaminhamento das demandas das mulheres	Número de encaminhadas à Rede Atendim./total de mulheres mapeadas	Coordenação Local
Encaminhamentos à Rede de Prevenção	Número de mulheres encaminhadas à Rede de Prevenção	Atendimento e encaminhamento das demandas das mulheres	Número de encaminhadas à Rede Prevenção/total de mulheres mapeadas	Coordenação Local
Encaminhamentos à Rede de Repressão/ Responsabilização	Número de mulheres encaminhadas à Rede de Repressão/ Responsabilização	Atendimento e encaminhamento das demandas das mulheres	Número de encaminhadas à Rede Repressão/total de mulheres mapeadas	Coordenação Local
Acompanhamento dos encaminhamentos	Número de famílias acompanhadas após o encaminhamento à rede de Atendimento, Prevenção e Repressão / Responsabilização	Acompanhamento dos desdobramentos e resultados das mulheres encaminhadas	Número mulheres e famílias acompanhadas / total de encaminhados	Coordenação Local
Inserção Educacional	Número de mulheres que retomaram os estudos	A inserção educacional é fundamental para o empoderamento e autonomia das mulheres	Número mulheres voltaram a estudar / total de mulheres encaminhadas	Coordenação Local
Inserção Profissional	Número de mulheres que ingressaram no mercado de trabalho	A inserção no mercado de trabalho é fundamental para o empoderamento e autonomia das mulheres	Número mulheres trabalhando/ total de mulheres encaminhadas	Coordenação Local
Integração Mulheres Paz e Protejo	Número de atividades e ações integradas entre participantes do Mulheres da Paz e do Protejo	A Diretriz e o marco legal dos projetos priorizam a abordagem integrada e conjunta dos projetos	Número de atividades integradas / total de atividades do Mulheres da Paz	Coordenação Local
Encaminhamentos para Protejo	Número de jovens do território, por tipo de demanda, encaminhados ao Protejo durante a fase de atuação das mulheres	A Diretriz e o marco legal dos projetos priorizam a abordagem integrada e conjunta dos projetos	Número de jovens encaminhados / total de jovens no território	Coordenação Mulheres da Paz / Protejo
Evasão	Número de mulheres que abandonaram o projeto	Para o monitoramento do projeto é fundamental mensurar o grau de adesão das mulheres	Número de mulheres que abandonaram / total de mulheres capacitadas	Coordenação Mulheres da Paz / Protejo
Vitimização de Mulheres no território	Número de mulheres vítimas de violência (física, sexual, psicológica, econômica, tortura) num período de 12 meses.	A incidência e magnitude da vitimização das mulheres é crucial para avaliar a eficiência das políticas públicas destinadas a este público	Número de mulheres vítimas / pelo total de mulheres do território	Polícia Civil Secretaria Mun. Saúde
Óbitos de Mulheres no território	Número de óbitos (homicídio, doenças pré-existentes, suicídio) de mulheres num período de 12 meses	A incidência e magnitude de óbitos das mulheres é crucial para avaliar a eficiência das políticas públicas destinadas a este público	Número de óbitos de mulheres/ total de mulheres do território	Polícia Civil Secretaria Mun. Saúde

Indicador	O que mede	Relevância	Como medir	Onde coletar
Jovens mapeados vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana	Número de Adolescentes e Jovens mapeadas no território vulneráveis à violência doméstica e/ou urbana	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Como medir	Coordenação Local
Jovens mapeados em situação de morador de rua	Número de Adolescentes e Jovens mapeadas no território em situação de morador de rua	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Número de jovens / total de jovens no território	Coordenação Local
Jovens mapeados vítimas de crime ou com familiar nesta condição	Número de Adolescentes e Jovens mapeadas no território vítimas de criminalidade ou com familiar nesta condição	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Número de jovens em situação de rua / total de jovens no território	Coordenação Local
Jovens mapeados em cumprimento de medidas socioeducativas ou de penas alternativas	Número de Adolescentes e Jovens mapeadas no território em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) ou de penas alternativas (PA)	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Número de jovens em situação de crime ou com familiar nesta situação / total de jovens no território	Coordenação Local
Jovens mapeados egressos ou cumprindo sistema prisional /medidas socioeducativas	Número de Adolescentes e Jovens mapeadas no território egressos do sistema prisional (SP) ou de medidas socioeducativas	Levantamento e dimensionamento do público-alvo e das suas demandas	Número de jovens cumprindo M.S.E. ou P.A. / total de jovens no território	Coordenação Local
Jovens visitados (busca ativa)	Número de jovens visitados por tipo de situação de conflito e vulnerabilidade social	Levantamento e dimensionamento detalhado do público-alvo e das suas demandas específicas	Número de jovens Egressos ou no S.P. ou M.S.E. / total de jovens no território	Coordenação Local
Encaminhamentos à Rede de Atendimento	Número de jovens encaminhados à Rede de Atendimento	Atendimento e encaminhamento das demandas dos jovens	Número jovens visitados / total de jovens mapeados	Coordenação Local
Encaminhamentos à Rede de Prevenção	Número de jovens encaminhados à Rede de Prevenção	Atendimento e encaminhamento das demandas dos jovens	Número de jovens encaminhados à Rede de Atendimento / total de jovens visitados	Coordenação Local
Encaminhamentos à Rede de Repressão/ Responsabilização	Número de jovens encaminhados à Rede de Repressão/ Responsabilização	Atendimento e encaminhamento das demandas dos jovens	Número de jovens encaminhados a Rede de Prevenção /total de jovens visitados	Coordenação Local
Inserção Educacional	Número de jovens que retomaram os estudos	A inserção educacional é fundamental para a superação da vulnerabilidade dos jovens	Número de jovens encaminhados a Rede de Repressão / total de jovens visitados	Coordenação Local
Inserção Profissional	Número de jovens que ingressaram no mercado de trabalho	A inserção no mercado de trabalho é fundamental para a superação da vulnerabilidade dos jovens	Número de jovens voltaram a estudar / total de jovens encaminhados ao sistema educacional	Coordenação Local
Integração Mulheres Paz e Protejo	Número de atividades e ações integradas entre participantes do Protejo e dos projetos Mulheres da Paz	A Diretriz e o marco legal dos projetos prioriza a abordagem integrada e conjunta dos projetos	Número de jovens trabalhando / total de jovens encaminhados para trabalho	Coordenação Mulheres da Paz/ Protejo
Evasão	Número de Adolescentes e Jovens que abandonaram o projeto	Para o monitoramento do projeto é fundamental mensurar o grau de adesão dos Adolescentes e Jovens	Número de atividades e ações integradas / total de atividades e ações do Protejo	Coordenação Local
Vitimização de Jovens no território	Número de jovens vítimas de violência (física, sexual, psicológica, econômica, tortura) num período de 12 meses	Vitimização de jovens levanta sérias preocupações quanto à proteção e a eficiência das políticas públicas destinadas a este público.	Número de jovens que abandonaram / total de inscritos	Polícia Civil
Óbitos de Jovens no território	Número de óbitos (homicídio, doenças pré-existentes, suicídio) de jovens num período de 12 meses	Mortes de jovens levanta sérias preocupações quanto à proteção e a eficiência das políticas públicas destinadas a este público.	Número de Jovens vítimas / total de jovens no território	Secretaria Mun. Saúde

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é não somente um instrumento de gestão, mas também uma maneira de medir o desempenho dos projetos públicos, estabelecer parâmetros para a prestação de contas dos agentes públicos, aprimorar a própria política e responsabilizar os agentes governamentais por descumprimentos de regras ou irregularidade dos gastos. Assim, levando-se em consideração o contexto apresentado, os governos passaram a criar sistemas de avaliação de políticas públicas (LANCE, GUILKEY, HATTORI & ANGELES, 2014). A criação desses instrumentos exige, conseqüentemente, a mensuração de indicadores sociais que sejam capazes de acompanhar a evolução das demandas sociais complexas e, ao mesmo tempo, mensurar a efetividade do programa ou projeto a ser estudado.

É neste contexto que a avaliação de políticas públicas e a utilização de indicadores sociais tornam-se importantes para mensurar o desempenho dos governos, aprimorar as políticas públicas executadas, sanar possíveis erros e desvios do planejamento, subsidiar tomadas de decisões e divulgar as informações das ações políticas aos cidadãos. É importante ressaltar que a divulgação de informações e resultados de forma clara constitui etapa indispensável do processo de prestação de contas e de responsabilização dos servidores públicos.

A partir da utilização de indicadores de desempenho e impacto dos projetos Mulheres da Paz e do Protejo e de seu monitoramento contínuo e avaliação sistemática, as políticas públicas podem ser executadas de maneira mais eficiente, a participação da população é garantida, juntamente com o aprimoramento democrático desta política. Todos esses fatores contribuem para a otimização dos gastos públicos, maior qualidade no atendimento, diminuição dos riscos e das incertezas ao longo do processo e continuidade das ações governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Prevenção Comunitária do Crime e da Violência em Áreas Urbanas da América Latina**. Latin America and Caribbean Region, LCSFP, 2003.

BEZERRA, Cláudia de M. **Protagonismo Feminino na Prevenção da Violência: O Projeto Mulheres da Paz (Pronasci/MJ) no Estado do Rio de Janeiro**. Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

BEATO, C. *et al.* **Atlas da Criminalidade e Violência de Belo Horizonte**. CRISP, 2005.

BOURDIEU, P. **Espírito de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático**. In: Razões práticas. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Lei n. 11.530**, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências, como instituir pelo Decreto nº 6.490/2008 o Projeto Mulheres da Paz e o Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo).

BRASIL. **Lei n. 10.201**, de 14 de fevereiro de 2003. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública.

CALSING, E.F. **A construção de indicadores para medição do impacto social**, s/d (Disponível em: www.sesirs.org.br/conferencia/.../anais/.../eliseu_calsing_construcao.doc. Acessado em 27/10/2014).

COELHO, Edmundo C. **A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade**. Revista de Administração Pública. 12:2, abril-junho, 1978.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 35ª EDIÇÃO. 2012. Biblioteca digital. Câmara dos Deputados.

CRISP. **Atualização do Diagnóstico Qualitativo das Condições Socioeconômicas e Padrões e Criminalidade do Palmital/ Santa Luzia**. 2010, BH.

ESTIVALET, Anelise G. **Mulheres, política e violência no Cotidiano: reflexões acerca do Projeto Mulheres da Paz em Porto Alegre**. GT11- Gênero, desigualdades e cidadania. (Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_GregisEstilavesA.pdf. Acessado em 28/10/2014)

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)**, Ano 7, 2013, SP.

FJP. Fundação João Pinheiro. Indicadores, Sociais de Criminalidade. Trabalho elaborado de acordo com o convênio SG nº 033/ entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério da Justiça - Programa Ruas em Paz. 1988.

GONÇALVES, Danyelle N. **Cuidar da Comunidade: a atuação das Mulheres Promotoras da Paz**. Departamento de Ciências Sociais de Universidade Federal de Ceará (UFC). (Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_GoncalvesD.pdf. Acessado em 28/10/2014)

GONÇALVES, Ligia M. D. **Governança e Territorialidade na Gestão do Programa Cidade de Paz de São Bernardo do Campo**. VIII Encontro da ANDHEP – Políticas Públicas para a Segurança Pública e

Direitos Humanos 28 a 30 de abril de 2014, USP, São Paulo, SP.

GUSFIELD, J. **The Culture of public problems**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; HOFELMANN, Doroteia Aparecida. 2013.

KAHN, Túlio. **Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (IPEA) 2000.

KEILITZ, Ingo. Standards and Measures of Court Performance. In: **Measurement and Analysis of Crime and Justice**, Vol. 4. Washington, DC, Criminal Justice, US Department of Justice, OJP. 2000.

LANCE, P; GUILKEY, D.; HATTORY, A. and ANGELES G. **How do we know if a program made a difference? A guide to statistical methods for program impact evaluation**. Chapel Hill, North Carolina: MEASURE Evaluation, 2014.

MACHADO, Brena O'D. S. da R; SILVA, Thamires de L. **Mulheres da paz: um estudo de caso sobre as noções de empoderamento no contexto do investimento social**. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.7-19, junho. 2014.

MACKENZIE, Doris L. **Criminal Justice and Crime Prevention” In: Preventing Crime: What Works, What Doesn’t, What’s Promising: A Report to the United States Congress**. SHERMAN, L.W.; GOTTFREDSON, D. ; ECK, J. *et all*. National Institute of Justice, 1998.

MANTOVANI, Paulina C; SILVA, Edivânia R. **Educação e Direitos Humanos: Ações Afirmativas das Mulheres da Paz**. ÁGORA Revista Eletrônica Ano VIII nº 16 Jun/2013 ISSN 1809 4589 P. 43 – 52.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **PRONASCI em números**. Disponível em:
<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJ3FD1029CITEMID269C7E2FFDB6484EA4276428154399B9PTBRNN.htm>.
 Acesso em: 15/12/2012. Acesso em: 15/12/2012

MELLO, R. **Relatório Descritivo do Projeto Protejo no Complexo da Maré**. Rio de Janeiro - RJ, 2009/2010. 46p, 2010.

MOLYNEUX, M. **Mothers at the Service of the new poverty agenda: progress/oportunidades, Mexico’s Conditional Transfer Program**. *Social Politics and Administration*, 40/4, p. 429-40, 2006.

OLIVEIRA J.; PEREIRA N.; CAMARO A.; BAENINGER, R. **Evolução e Características da População Jovem no Brasil**. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998.

OTA, Maria E.; BASSANI, João C. B.; ALT, Guido J. R.; SOBOTTKA, Emil A. **Reconhecimento e cidadania no projeto “Mulheres da Paz”**. XII Salão de Iniciação Científica – FFCH, PUCRS, 3 a 7 de outubro de 2011.

PAIXÃO, A. L. **Crime, desvio e sociologia**. 1983. mimeo.

RIOS, Verônica S. da C.; CERQUEIRA, M.; ALVES, Pedro A.; COLOMBO, Daniel G. **As novas propostas para a segurança pública no Brasil: uma análise comparativa dos projetos Bolsa Formação e**

Mulheres da Paz. Revista do Serviço Público Brasília 61 (4): 345-370 Out/Dez 2010.

ROCHA, Fabiana dos S. & TAVARES, Márcia S. **Projeto Mulheres da Paz: uma mirada de gênero.** R. Pol. Públ., São Luís, v. 18, n. 1, p. 293-305, jan./jun. 2014.

SANTOS, Mariana C. S. **Segurança Pública para quem(m)? Uma Análise da Implementação do PRONASCI em duas cidades gaúchas.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS, 2013.

SANTOS, Simone. **Polícia Preventiva: Avaliação do processo de implementação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco no aglomerado Palmital em Santa Luiza – Minas Gerais.** [tese de doutorado]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SENAD. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Documento brasileiro sobre drogas.** Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, IME/USP; ORG. DUARTE, Paulina do C. A. V.; STEMPLIUK, Vladimir de A.; BARROSO, Lúcia, P. Brasília: SENAD, 2010.

SENTO-SÉ, João T. **Prevenção ao Crime e Teoria Social.** Lua Nova. São Paulo, 83:9-40, 2011.

SILVEIRA, Andrea M. **Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras [tese de doutorado].** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SILVEIRA, Andrea M. PEIXOTO, B. T. **Manual de Avaliação de Programas de Prevenção a Violência.** Brasília: OPAS, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. **The National Public Security Policy: background, dilemmas and perspectives.** *Estud. av.[online]*. 2007, vol.21, n.61, pp. 77-97. ISSN 0103-4014.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. **O gênero da “nova cidadania”: o programa mulheres da paz.** *Sociologia&Antropologia*, v.01.02: 147 – 164, 2011.

UNDOC. **Global Study on Homicide 2013: Trends, Contexts, Data.** United Nations Office on Drugs and Crime, Viena, 2014.

UNITED NATIONS. **United Nations Office on Drugs and Crime. Manual for the Measurement of Juvenile Justice Indicators.** Nova York: United Nations and Unicef, 2006.

VERA INSTITUTE OF JUSTICE. **Measuring Progress toward Safety and Justice: A Global Guide to the Design of Performance Indicators across the Justice Sector.** Nova York: Vera Institute of Justice, 2003. Disponível no web-site do Vera Institute of Justice (www.vera.org).

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência: Os Jovens de Brasil.** Flacso, RJ, 2014.

